

Autores: Eduardo Leite & Ricardo Silva

O debate sobre o sucesso e a falência da intervenção governamental demonstra que mesmo depois da implosão das economias socialistas (1990), a linha que separa o mercado e a ação governamental é muito ténue e movimenta-se.

A sociedade, através dos instrumentos económicos, procura permanente um equilíbrio perfeito entre os mecanismos de eficiência do mercado e a regulação pública. A economia de mercado apresenta ineficiências, desigualdades e desafios macroeconómicos associados aos ciclos de negócios, que determinam uma intervenção pública. As externalidades negativas (custos para a sociedade não contemplados nas transações do mercado) e o exemplo das leis anti-poluição ou, simplesmente, da regulamentação anti-tabaco são uma das ineficiências, bem como as tendências para a concentração monopolista (leis anti-monopólios e promoção da concorrência) e a necessidade de encorajar atividades que beneficiam a sociedade de uma forma geral providenciando bens públicos, educação e infraestruturas (portos e estradas, por exemplo)^[1].

A linha que separa o mercado e ação governamental como referimos, ela própria movimenta-se. A sociedade redefine os seus valores ao longo dos tempos - igualdade do género, a proteção das minorias, a segurança e a conservação do eco-sistema natural -, mas as instituições e os governos, quando o benefício não é imediato, têm-se tornado especialistas em adiar a discussão, quanto mais encontrar as soluções mais adequadas.

Ilustrando, em 2015, em Paris, as nações industrializadas acordaram limitar o crescimento da temperatura a 2 graus, próxima dos valores pré-industriais. No entanto, não houve entendimento, quanto ao esforço de redução de cada país. Mais grave, Trump ameaçou sair do Acordo de Paris sem qualquer compromisso de redução. À sua maneira invocou um dia de frio, para negar qualquer aquecimento climatérico.

Desta forma, fica claro, não serem suficientes os alertas dos investigadores, nem a apresentação das evidências científicas, para levar todos os políticos a consciencializarem-se e resolverem o problema. Talvez agora que a temperatura ameaça afetar o turismo e as condições de sobrevivência, com verões cada vez mais quentes, se desenvolva a consciência política.

Isto faz lembrar a parábola do sapo escaldado, mundialmente disseminada por Peter Senge em “A Quinta Disciplina: Arte e prática da organização que aprende”. Um sapo colocado numa panela com água a ferver, salta de imediato para fora da panela para evitar queimar-se. Todavia, um sapo colocado numa panela com água à temperatura ambiente acomoda-se na panela, sem se aperceber que está sobre um fogão aceso sente-se cada vez mais confortável à medida que a água aquece gradualmente até levantar fervura, sendo tarde de mais para saltar fora, estando já cozido.

A vida na terra depende de um clima e do eco-sistema natural. Contudo, a intervenção humana está a mudar isso, pondo em causa os objetivos de Paris, dado que já aumentamos a temperatura em 1%, em 2017.

Para não reinvocarmos novamente a parábola do sapo escaldado, perante esta realidade negligente questiona-se por que estamos a empurrar o problema com a barriga?

Segundo o Financial Times, Lex Megatrends: the business of climate change^[1], a resposta está nas consequências económicas em determinados setores e noutros tantos investidores. Por exemplo, as empresas de petróleo seriam muito afetadas e veriam o seu valor cair, caso não possam explorar por inteiro as reservas. Por seu lado, as energias renováveis cresceriam, dependendo menos de subsídios. O nuclear ia crescer e fazer disparar o preço do urânio. O clima instável e sujeito a catástrofes, terá impacto nas empresas de seguros/mercado e o valor das apólices de fenómenos da natureza iriam disparar.

Em síntese, a construção de uma economia baixa em emissões de carbono, penaliza uns e beneficia outros, sendo este choque de interesses que motiva o atraso na mudança de paradigma económico e dos negócios. Entretanto, alheia a esta disputa, grande parte da população corre os riscos do sapo cómodo na panela de água fria sobre um fogão aceso. A diferença é que as pessoas não estão sobre um fogão ligado, antes sob o sol escaldante e os riscos são de acabarem fritas.

^[1]Referência: Samuelsen, P., Nordhaus, W., (2010), Economics 19 e.

^[1]<https://www.youtube.com/watch?v=Aa-qG89EJOI&t=68s>

Referência

Senge, M. Peter. (2010). A Quinta Disciplina: Arte e prática da organização que aprende, 26ª Edição, Rio de Janeiro, Best Seller.